



# Câmara Municipal de Porto Alegre

---

## M E M O R I A L

### A I Legislatura (1947-1951)

A Câmara Municipal de Porto Alegre – CMPA – como a conhecemos nos dias de hoje, tem sua origem no ano de 1947, após o fim do Estado Novo varguista (1937-1945) no Brasil, e a consequente redemocratização da sociedade brasileira a partir da promulgação da nova Constituição Federal, de 1946, e da nova Constituição Estadual, de 1947. Com o advento destas, a CMPA – que, assim como as demais câmaras municipais pelo Brasil, havia sido extinta e substituída por conselhos técnicos de administração sem poderes legislativos, a partir do golpe presidencial de 1937 – ganhou autonomia política e teve suas atividades plenamente restabelecidas.

Destaca-se ainda que, a partir de 1947, a CMPA retomou suas atividades como uma câmara mais representativa, se comparado aos seus períodos de existência anteriores. Pluripartidária e agora formada por 21 vereadores eleitos pelo voto direto e proporcional, a Câmara Municipal passou a ter poder político efetivo, com os vereadores passando também a receber remuneração, algo inexistente nos anos pregressos. Essa profissionalização da política na Câmara permitiu a participação das camadas médias da população no processo político, e abriu portas para um processo de diminuição do elitismo da CMPA, já que o período de funcionamento da mesma também foi bastante ampliado – entre 1934 e 1937, por exemplo, os então 11 vereadores reuniam-se durante apenas dois meses ao ano, com possibilidade de prorrogação por mais 15 dias de trabalhos.

Assim sendo, em 15 de novembro de 1947, ocorreram as primeiras eleições municipais após nove anos de autoritarismo estado-novista. Todavia, apenas foram realizadas eleições para a CMPA – já que o prefeito ainda era nomeado pelo governador –, com 21 vereadores tendo sido eleitos para ocupar os então 21 assentos da Câmara. A população de Porto Alegre, à época, era de

321.200 pessoas, com 119.579 cidadãos/cidadãs fazendo parte do eleitorado inscrito – dos quais apenas 60.135 votaram, com uma taxa de abstenção de 49,71%.

Este novo período democrático brasileiro, que duraria até 1964, foi marcado pela inédita existência de partidos políticos de massa bem estruturados, e de âmbito nacional. As três maiores siglas políticas da época consistiam-se no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; na União Democrática Nacional – UDN; e no Partido Social Democrático – PSD.

O PTB, fundado em 15 de maio de 1945, era uma legenda com origem no seio das burocracias estatal e sindicalista fomentadas por Getúlio Vargas durante seu período no poder. Vinculada à estrutura criada pelo Ministério do Trabalho do governo Vargas, a sigla tinha grande apelo para com as camadas mais populares da população, principalmente com os setores de trabalhadores urbanos, que haviam sido diretamente beneficiados pela implementação da legislação social e trabalhista do Estado Novo. Este forte vínculo para com a classe trabalhadora fez, inclusive, com que o PTB fosse visto como rival direto do Partido Comunista do Brasil – PCB – na busca por votos, antes deste ser posto na ilegalidade, ainda em 1947. O PTB também se utilizava do alto prestígio que a figura de Vargas ainda possuía perante a sociedade brasileira para se estabelecer politicamente como uma das três forças partidárias do novo regime democrático. Para além de suas ligações umbilicais com a estrutura de poder do antigo Estado Novo, o PTB também possuía em seu interior quadros mais doutrinários, como o do gaúcho Alberto Pasqualini, cujas ideias políticas advinham de uma perspectiva reformista calcada no trabalhismo inglês.

É notável, somado a tudo isso, a força política que o PTB possuía no Rio Grande do Sul, sendo este último um dos estados que mais produziu quadros de relevância do partido durante a existência do mesmo. Nesse âmbito, além do já citado Alberto Pasqualini – que foi senador (1950-1956) e candidato derrotado ao governo do RS em 1947 e em 1954 pelo partido –, podemos citar os gaúchos Getúlio Vargas – um dos fundadores da sigla, senador (1946-1951) e presidente da República (1951-1954) pelo partido, além de ter sido presidente do Brasil também entre 1930 e 1945 –, João Goulart – que foi presidente da sigla (1952-1964), deputado estadual constituinte pelo RS (1947-1950), presidente do

diretório e da comissão executiva estadual do PTB gaúcho (1950-1952), presidente reeleito da comissão executiva do PTB gaúcho (1952-1954), deputado federal pelo RS (1951; 1952; 1954), secretário do interior e justiça do governo do estado gaúcho (1951-1952), ministro do trabalho do governo Vargas (1953-1954), candidato derrotado ao senado gaúcho (1954), vice-presidente do Brasil (1956-1960; 1961), e presidente da República (1962-1964), todos os cargos pelo PTB –, Leonel Brizola – que, pelo partido, foi deputado estadual constituinte (1947-1950), deputado estadual reeleito (1951-1952), secretário de obras do RS (1952-1954), deputado federal pelo RS (1955), prefeito de Porto Alegre (1955-1958), governador do RS (1959-1962), e deputado federal pela Guanabara (1963-1964) –, Fernando Ferrari – que, para além de ter ajudado a fundar o partido, foi também, pelo PTB, deputado estadual constituinte do RS (1947-1950), e deputado federal eleito (1951-1955) e reeleito (1955-1959; 1959-1963) pelo RS, até sair do partido para fundar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), em 1960 –, Ernesto Dornelles – que, apesar de ter sido um dos fundadores do PSD, havia migrado para o PTB para concorrer às eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul em 1950 (em substituição a Salgado Filho), pleito do qual saiu vitorioso, sendo governador entre 1951 e 1955 pela sigla trabalhista; além de ter exercido o cargo de ministro da agricultura (1956) do governo do presidente Juscelino Kubitschek, também pelo PTB –, e Joaquim Pedro Salgado Filho – que foi vice-presidente do partido (1948-1950), e, também por meio do PTB, senador pelo RS (1947-1950), e candidato ao governo do RS (1950).

Por sua vez, a UDN, fundada em 7 de abril de 1945, consistia-se em uma sigla nacionalmente anti-getulista. Formada por um conjunto heterogêneo de críticos do Estado Novo, a UDN era inicialmente uma frente política – cuja única bandeira que unia seus quadros sendo a oposição ferrenha à figura de Getúlio Vargas –, apenas tendo se organizado como um partido posteriormente. Apesar de ter entrado para a história como um partido anti-getulista, ideologicamente a UDN era caracterizada por contradições internas e posicionamentos conflitantes entre as diferentes correntes políticas que a integravam: coexistiam na UDN teses que iam do liberalismo ao autoritarismo; do conservadorismo ao progressismo; do legalismo ao golpismo. Em sua própria origem, é possível

identificar grupos ideologicamente antagônicos no seio da legenda, como políticos de esquerda, oligarcas que haviam perdido poder com a Revolução de 1930, ou antigos aliados de Vargas. Com o tempo, no entanto, diversos destes grupos foram se desligando do partido, e, de um modo geral, é plausível associar a imagem da UDN com setores como o das classes médias urbanas, dos militares, e dos profissionais liberais, grupos estes que compunham grande parte do eleitorado do partido. Além disso, a sigla caracterizou-se por seu apego a um “moralismo” de costumes, à cultura bacharelesca, ao liberalismo clássico, ao repúdio aos “populismos”, e, no campo dos interesses econômicos, por defender as ambições de grupos como os de proprietários de terra e de industriais ligados ao capital estrangeiro.

No que se refere aos quadros mais relevantes da UDN no Rio Grande do Sul, destacaram-se figuras como José Antônio Flores da Cunha, – ex-interventor (1930-1935) e ex-governador do Rio Grande do Sul (1935-1937), que participou da fundação do partido e foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1946, além de ter sido reeleito deputado federal em 1950 e em 1954, em todas as ocasiões pela UDN –, Antônio Augusto Borges de Medeiros – ex-governador do Rio Grande do Sul durante quase 30 anos (1898-1908; 1913-1915; 1916-1928), que chegou a ser aclamado presidente de honra da seção gaúcha da UDN logo após a redemocratização pós-Estado Novo –, e Raul Pilla – que associou-se à UDN por um curto período de tempo, antes de fundar o Partido Libertador (PL), ainda em 1945.

Já o PSD, fundado em 17 de julho de 1945, era um partido, assim como o PTB, nascido de dentro do Estado varguista. Formado pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, o partido era dominado majoritariamente por elites políticas rurais e ex-membros da burocracia estatal do Estado varguista. O partido possuía posições ideológicas menos delimitadas, se comparado a PTB e UDN, mas possuía uma sólida estrutura organizacional, estando presente em todos os municípios do país. Durante o período democrático (1946-1964), o PSD ficou marcado por ter tido sempre a maior bancada na Câmara dos Deputados, e também por ter na UDN a sua maior adversária eleitoral – apesar de, durante esses 18 anos democráticos, também ter feito diversas alianças políticas com os udenistas.

No cenário político gaúcho, o diretório do PSD no estado caracterizou-se por ser um dos mais “udenistas” do Brasil, dada a força que o PTB exercia nessa unidade da federação. Assim, as alianças com a UDN – e com o Partido Libertador de Raul Pilla – em solo gaúcho eram frequentes, com vias a derrotar o PTB. Tais alianças renderam frutos, com o PSD conseguindo eleger por duas vezes Ildo Meneghetti ao governo do estado (em 1954 e em 1962) – além de ter eleito o governador Válter Jobim, em 1947, mas sem coligações. A peculiaridade do diretório pessedista no RS também pode ser notada em outras ocasiões políticas, como quando o PSD gaúcho dissentiu das candidaturas à presidência da República de Juscelino Kubitschek, em 1955, e do Marechal Henrique Teixeira Lott, em 1960 – ambos membros do próprio partido. Em ambas as eleições presidenciais, o diretório regional gaúcho da sigla resolveu, portanto, apoiar as candidaturas defendidas pela UDN – Juarez Távora e Jânio Quadros, respectivamente.

No que se refere aos quadros mais relevantes do PSD no Rio Grande do Sul, destacaram-se figuras como Paulo de Tarso Dutra – que foi eleito deputado estadual constituinte pelo RS (1947-1950), assim como deputado federal (1951-1954; 1955-1958; 1958-1962; 1962-1967), também pelo PSD gaúcho –, Francisco de Paula Brochado da Rocha – que foi eleito, em 1947, deputado estadual constituinte pelo RS, além de ter ocupado os cargos de secretário de segurança pública (1959) e secretário do interior e justiça (1960) do governo gaúcho de Leonel Brizola, e de ter exercido o posto de primeiro-ministro do Brasil (1962) durante o curto período em que o sistema parlamentarista imperou durante o período democrático anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 –, Ernesto Dornelles – que fora interventor do Rio Grande do Sul (1943-1945), e, já pelo PSD, do qual havia sido um dos fundadores, foi senador constituinte pelo RS (1946-1950) –, Ildo Meneghetti – que foi vereador de Porto Alegre (1947-1948), além de ter sido prefeito da capital gaúcha (de 1948 a 1951, nomeado pelo governador pessedista Válter Jobim; e de 1952 a 1954, eleito diretamente pelo voto popular), governador do RS (1955-1959; 1963-1967), e presidente do diretório do PSD gaúcho (1955) –, além do próprio Getúlio Vargas – que, apesar de ter sido um dos fundadores do PTB e de ter sido presidente da República (1951-1954) também pela legenda trabalhista, igualmente participou da

fundação do PSD, sendo, inclusive, presidente da primeira comissão diretora deste último –, e de outros políticos como Valter Peracchi Barcelos, Clóvis Pestana, e Daniel Faraco.

Os três partidos em questão conseguiram eleger vereadores para a I Legislatura da CMPA, mas não foram os únicos. Outros três partidos de menor expressão também marcaram presença no parlamento porto-alegrense: o Partido Social Progressista – PSP; o Partido Libertador – PL; e o Partido de Representação Popular – PRP.

Fundado em junho de 1946 pelo paulista – e ex-interventor getulista no estado de São Paulo – Ademar de Barros – notório populista e figura política nacionalmente famosa da época – como uma extensão de seu poder pessoal, o PSP tinha como foco de poder político o estado de São Paulo, não possuindo capacidade de competir de igual para igual com PTB, PSD e UDN no âmbito nacional. Com suas origens no Partido Republicano Progressista – PRP –, fundado em 1945 por Ademar, a legenda então fundiu-se, em 1946, com o Partido Popular Sindicalista – PPS – de Miguel Reale e José Adriano Marrey Júnior, e com o Partido Agrário Nacional – PAN – de Mário Rolim Teles.

No que se refere ao cenário político gaúcho, cabe ressaltar que, nas eleições para a I Legislatura da CMPA, o PSP abrigou candidatos que eram vinculados ao Partido Comunista do Brasil – PCB –, mas que, devido à ilegalidade imposta a essa legenda, tiveram que se candidatar por outros partidos. Os vereadores Marino dos Santos, Eloy Martins, José César de Mesquita, Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto e a vereadora Julieta Battistioli, todos do PSP, foram alguns desses exemplos. Nota-se ainda que Julieta Battistioli foi a primeira vereadora mulher da CMPA, tendo sido eleita como 2ª suplente do partido, com 601 votos, e assumido a vereança em diversas ocasiões, em substituição aos vereadores licenciados do PSP.

Já o PL, de base política majoritária no Rio Grande do Sul, foi fundado pelo político gaúcho Raul Pilla, em 10 de novembro de 1945. A sigla era herdeira da Aliança Libertadora – frente de oposição surgida ao final do conflito armado que ocorrera no RS em 1923 –, sucessora do antigo Partido Libertador gaúcho criado por Joaquim Francisco de Assis Brasil em 1928, que, por sua vez, remetia

ao Partido Federalista surgido em 1892 a partir da junção de remanescentes do Partido Liberal da época imperial – que, no período do Império, era capitaneado por Gaspar Silveira Martins – com Demétrio Ribeiro, dissidente do partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Os membros do novo PL originalmente ajudaram a formar a UDN, ainda em 1945, apenas posteriormente decidindo criar um partido próprio.

Reunindo ex-membros dos já citados Partido Libertador (1928) e Partido Republicano Rio-Grandense – além do Partido Republicano Liberal (PRL), de José Antônio Flores da Cunha – a hegemonia gaúcha sobre a nova legenda era evidenciada pelas assinaturas apresentadas com vias a fundar o novo partido: das 15.220 assinaturas, 12.091 provinham do estado do Rio Grande do Sul. No tocante aos quadros mais importantes do PL gaúcho entre 1946 e 1964, destacaram-se figuras como o já citado Raul Pilla – que foi presidente do partido, defensor ferrenho do regime parlamentarista durante toda a sua carreira política, deputado federal constituinte pelo RS (1946-1950), e deputado federal reeleito, também pelo RS (1951-1967), sendo todos os cargos ocupados como membro do PL –, e Armando Pereira da Câmara – senador do RS pelo partido (1955-1956).

Por sua vez, o PRP foi fundado por Plínio Salgado em 26 de setembro de 1945, sendo sucessor partidário do movimento de orientação fascista Ação Integralista Brasileira – AIB –, que havia tido grande relevância política na década de 1930 durante o governo de Vargas, sob a liderança do mesmo Plínio Salgado.

O PRP possuiu certa relevância na política gaúcha, o que fica evidente ao constatarmos que, das duas únicas cadeiras na Câmara dos Deputados conquistadas pela sigla nas eleições de 1950, uma advinha do Rio Grande do Sul: a do deputado Wolfram Metzler. Já nas eleições seguintes, o partido conseguiu três assentos na Câmara Federal, dos quais dois eram da bancada gaúcha: os deputados Luiz Campagnoni e Nestor Pereira – sendo que o terceiro titular, Ponciano dos Santos, que também já havia sido eleito para o mandato anterior, foi eleito nas duas ocasiões pelo Espírito Santo, mas era gaúcho de nascimento.

Dado este quadro geral dos partidos, é importante ressaltar que, como é percebido durante quase toda a história político-partidária brasileira, os partidos políticos deste período são heterogêneos, com seus braços regionais possuindo diferentes linhas de ação e de pensamento. Este fenômeno em grande parte pode ser explicado tanto pela existência de uma organização territorial de modelo federalista, quanto pela força política detida pelas elites regionais espalhadas pelo país.

As eleições para a I Legislatura da CMPA (1947-1951) formaram um parlamento municipal hegemônico pelo PTB, cujo predomínio na Câmara duraria até 1964. Dos 60.135 votos totais para a eleição de vereadores, 14.509 foram dados ao PTB – cerca de 24% dos votos<sup>1</sup>. Assim sendo, o PTB conseguiu o expressivo número de 8 assentos na CMPA nas eleições municipais de 1947, ou seja, mais de um terço da Câmara era dominado pelo PTB. A segunda maior bancada da I Legislatura era a do PSD, que obteve 13.639 votos – cerca de 23% dos votos totais. Com isso, este partido alcançou 4 cadeiras na CMPA. Apesar de ter recebido uma quantidade de votos próxima à recebida pelo PTB, a quantidade de assentos conquistada pelo PSD foi apenas a metade da alcançada pelos trabalhistas, tendo em vista a legislação eleitoral do momento, que revertia as cadeiras que sobravam ao partido majoritário.

O restante das vagas da CMPA para a I Legislatura foi preenchido pelos seguintes partidos: o PSP, que obteve 8.730 votos – cerca de 15% dos votos totais, e 3 assentos; o PL, que alcançou a marca de 8.496 votos – cerca de 14% dos votos totais, e 3 assentos; a UDN, que conseguiu 7.479 votos – cerca de 12% dos votos totais, e 2 assentos; e o PRP, que obteve 3.088 votos – cerca de 5% dos votos totais, e 1 assento. Já o Partido Socialista Brasileiro – PSB –, que obtivera 1.038 votos – cerca de 2% do total de votos –, não conseguiu assentos na CMPA.

---

<sup>1</sup> A porcentagem apresentada se refere à proporção de votos recebidos pelo partido em relação ao total de votos registrados – votos válidos + votos brancos + votos nulos – na eleição em questão.



O restante dos votos foi constituído por brancos – 1.870 votos, e cerca de 3% dos votos totais, e por não computados – 1.286 votos, e cerca de 2% dos votos totais.

O vereador que mais recebeu votos nas eleições para a I Legislatura foi Marino Rodrigues dos Santos, do PSP – 2.386 votos.

Por fim, destaca-se que, de 1947 a 1949, a Câmara reunia-se no Paço dos Açorianos, sede da Prefeitura Municipal. Em 1949, no entanto, a CMPA transferiu-se para o Edifício Intendente José Montaury.

## Referências

- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB):

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>;

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>;

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-psp-1946>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-augusto-borges-de-medeiros>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pasqualini-alberto>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferrari-fernando>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-brochado-da-rocha>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-de-morais-dutra>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dornelles-ernesto>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/salgado-filho-joaquim-pedro>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneghetti-ildo>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/camara-armando-pereira-da>

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pillaraul>

- NOLL, M. I. S.; PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992). Cadernos de Ciência Política, nº 4. Porto Alegre, 1996.

- Ata Final da Junta Especial Apuradora das Eleições Municipais de Porto Alegre (Tribunal Regional Eleitoral). Acervo do Memorial da CMPA.

- Fichas do Arquivo Histórico da Câmara

- Registros e Acervos do Memorial
- BARCELLOS, Jorge (2006). História das Câmaras Municipais. Estudos Técnicos, Vol. 1. Memorial da CMPA.
- BARCELLOS, Jorge (2005). História da Câmara Municipal de Porto Alegre. Estudos Técnicos, Vol. 2. Memorial da CMPA.
- Memorial da Assembleia Legislativa do RS (<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>)
- Site Oficial da Câmara dos Deputados do Brasil (<https://www.camara.leg.br/>)